

*"Não vá por onde o caminho te leva. Em vez disso vá por onde não há caminho e  
deixe uma trilha."*

*Ralph Waldo Emerson*

## Sumário

FIM DE PIS/COFINS COLOCA META DE DÉFICIT PRIMÁRIO SOB PRESSÃO .....	2
DINÂMICA FISCAL E PREÇO DO DÓLAR .....	3
CAMINHONEIROS SEGUEM COM PROTESTOS APESAR DE GOVERNO FAZER CONCESSÕES .....	5
PETROBRAS PROPÕE IMPOSTO FLEXÍVEL PARA COMBUSTÍVEIS .....	6
PERDAS COM GREVE DE CAMINHONEIROS SUPERAM R\$ 9,5 BILHÕES EM CINCO DIAS .....	7
REGRA QUE VINCULA IMÓVEL NO CAFIR AO SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL É ALTERADA .....	9
GOVERNO PREPARA VETOS PARA REONERAR SETORES .....	10
DECLARADO O DIREITO DE ISENÇÃO DO IR À SERVIDORA PÚBLICA COM CEGUEIRA MONOCULAR EM ATIVIDADE .....	11
COMUNICADO TÉCNICO ORIENTA AUDITORES NA EMISSÃO DE RELATÓRIOS .....	11

## FIM DE PIS/COFINS COLOCA META DE DÉFICIT PRIMÁRIO SOB PRESSÃO

*Fonte: Valor Econômico.* O fim da incidência do PIS/Cofins sobre o diesel coloca o governo federal perigosamente perto de descumprir a meta de déficit primário deste ano, de R\$ 159 bilhões, de acordo com economistas que acompanham de perto as contas públicas. Ontem, o presidente Michel Temer anunciou redução de R\$ 0,46 no preço do litro do diesel, pelo prazo de 60 dias, por meio de cortes tanto no PIS/Cofins quanto da Cide - as medidas, segundo os analistas, apontam para um aumento do rombo dos cofres do governo.

"Ainda existe alguma folga, mas, com essas mudanças e a recuperação mais fraca da atividade, cumprir a meta fica no limite", diz André Gamerman, economista da ARX Investimentos, que por enquanto estima um déficit primário entre R\$ 142 bilhões e R\$ 145 bilhões para 2018. O fim do PIS/Cofins, nas contas dele, levaria a uma perda de arrecadação de cerca de R\$ 14 bilhões, praticamente acabando com essa margem. Gamerman lembra também que há pouco espaço para novos cortes de despesas discricionárias ou contingenciamentos, dadas as severas restrições orçamentárias com as quais a máquina pública vem funcionando.

Em relatório, o economista-chefe do Itaú Unibanco, Mario Mesquita, fez avaliação semelhante. Nos cálculos da instituição financeira, as medidas teriam um efeito líquido negativo de R\$ 10 bilhões até o fim do ano. As projeções do Itaú, antes desse cenário, indicavam um déficit primário entre R\$ 140 bilhões e R\$ 145 bilhões, considerando um crescimento de 2% do Produto Interno Bruto (PIB). "Caso esse corte de impostos se concretize, calculamos um déficit primário de R\$ 150 bilhões a R\$ 155 bilhões. Portanto, se o crescimento continuar a surpreender para baixo e as previsões para a arrecadação tiverem revisões negativas, a meta fiscal deste ano pode não ser atingida", escreveu Mesquita em relatório na ocasião.

Mas ainda há dúvidas em diversas frentes a respeito das medidas fiscais usadas para combater a crise dos combustíveis. Guilherme Tinoco, especialista em contas públicas, lembra, por exemplo, que os R\$ 4,9 bilhões que seriam usados pelo Tesouro para reembolsar a Petrobras por causa da nova política de reajustes até o fim do ano ainda eram uma estimativa do Ministério da Fazenda. Além disso, algumas das próprias contas oficiais ainda são parciais, afirma.

Mesquita, por sua vez, destacou que a desoneração da folha de pagamento custou R\$ 13,4 bilhões aos cofres públicos nos últimos 12 meses. Portanto, se metade dos setores beneficiados for reonerada, o que serviria de contrapartida à extinção do PIS/Cofins, isso representaria na teoria uma alta na arrecadação de R\$ 6,7 bilhões em um ano.

"Mas a metade dos setores que manteria o benefício [de acordo com o projeto de lei] parece mais intensiva em mão de obra do que a outra metade que o perderia", escreveu o economista do Itaú Unibanco. "Portanto, o impacto fiscal pode ser menor do que os R\$ 6,7 bilhões."

Ele também destacou que a reoneração precisa de 90 dias para entrar em vigor, enquanto a redução do PIS/Cofins valeria imediatamente logo após ser aprovada pelo Congresso.

Tinoco lembra ainda do "impacto da paralisação sobre a atividade, que deve mexer com o PIB e até com a arrecadação do segundo trimestre". Gamerman, da ARX, também chama a atenção para os efeitos sobre a atividade e a arrecadação. "A gente não sabe exatamente qual o efeito dessa paralisação e nem quando ela vai acabar, mas é certo que vai ter algum efeito negativo", diz. Independentemente da paralisação, "a recuperação continua desacelerando" e dificultando ainda mais o cumprimento da meta. A projeção de 2,1% para o crescimento do PIB deste ano feita pela ARX tem viés de baixa.

Em função das mudanças inicialmente confirmadas pelo governo, a estimativa do Banco Safra para o déficit primário deste ano saltou de aproximadamente R\$ 135 bilhões para a casa dos R\$ 140 bilhões. Nos cálculos de Carlos Kawall, economista-chefe da instituição financeira, cortar o PIS/Cofins custaria aproximadamente R\$ 15 bilhões até o fim do ano, colocando o governo federal em uma situação "muito preocupante".

Kawall, contudo, não via "hipótese" de descumprimento da meta. "Seria uma sinalização muito ruim do nosso compromisso com a responsabilidade fiscal", afirma o economista.

Já Gamerman, da ARX, diz que o mercado "está mais preocupado com a eleição" e pode ser um pouco menos rigoroso caso a meta não seja cumprida.

Outras medidas adotadas pelo governo, como o fim da Cide sobre o diesel, teriam efeitos limitados sobre as contas públicas, de acordo com os analistas. No caso da Cide, por exemplo, o impacto negativo seria na casa dos R\$ 2,5 bilhões até o fim do ano.

Apesar de criticarem em grande parte as propostas feitas pelo governo, elas não são encaradas pelos economistas como obstáculos relevantes ao cumprimento do teto dos gastos ou da regra de ouro do orçamento neste ano. Já para 2019 a magnitude dessas duas obrigações fiscais exigirá esforços muito além do que foi feito nos últimos anos, lembram eles.

## DINÂMICA FISCAL E PREÇO DO DÓLAR

*Fonte: Por Rubens Penha Cysne para Valor Econômico.* No dia 16 de maio o Banco Central decidiu manter o juro básico anual desejado da economia em 6,5%, com uma inflação confortavelmente prevista para 2018, pelo Relatório Focus, em torno de 3,6%. Diz-se que, com essa ação, a autoridade monetária teria dado mostras de preocupar-se com a cotação do câmbio. O raciocínio se baseia no fato usual de que juros maiores incentivam o fluxo de capitais para o país, desta forma reduzindo a necessidade de desvalorização do câmbio nominal e real.

A manutenção dos juros, em vez da queda, gera reações distintas. Reclamam aqueles que gostariam de um câmbio mais desvalorizado, associando-o a uma elevação da competitividade externa e a uma redução do desemprego. E elogiam aqueles que temem repasses de possíveis desvalorizações cambiais aos preços internos, o que majoraria a inflação.

Não é nosso objetivo discutir aqui as ações ou intenções do Banco Central nesse episódio, mas sim chamar a atenção para a temporalidade limitada, dada a trajetória fiscal atual, dessa confortável relação usual negativa entre juro e câmbio. Esse mecanismo usual, por meio do qual o preço do dólar tende a cair quando se elevam os juros, depende do que ocorre com o prêmio de risco (prêmio de default parcial) da dívida pública. E, este último, do que se faz no Brasil em termos fiscais e do que pensam os poupadores internos e externos.

Por quanto tempo, ou sob quais condições, podemos assumir que esse prêmio de risco da dívida não se elevará quando os juros sobem (ou não caem)? Se esse prêmio se eleva com a elevação do custo e montante de rolagem da dívida, pode-se perder momentaneamente o conveniente canal, para o sistema de metas de inflação, entre juros mais altos e preço do dólar mais baixo.

O gráfico mostra como o câmbio real (lado direito do gráfico) tende a se correlacionar positivamente com o prêmio de risco (aqui medido pelo "EMBI - Emerging Markets Bond Index - Brasil"), no lado esquerdo do gráfico, desde o início da flutuação do câmbio, ao início de 1999.

A dificuldade de controlar indiretamente o prêmio de risco tem duas faces. Internamente, a necessária correção do curso fiscal esbarra nas dificuldades de ordem política. Externamente, é a psicologia e a dinâmica dos mercados internacionais que ditam o rumo dos fatos.

A elevação contínua da relação Dívida/PIB tende a aumentar o risco da dívida. No mesmo sentido age o equilíbrio atual de mercado com reduzida maturidade e elevado atrelamento da dívida pública aos juros de curto prazo (taxa Selic). As operações compromissadas do Banco Central atingem hoje em dia algo da ordem de 62% dos títulos públicos federais na chamada "posição em carteira" do Banco. Ou seja, algo em torno de 16,2% do PIB de endividamento federal têm maturidade perigosamente reduzida.

A parcela dos títulos públicos federais indexados à Selic (o que reduz a eficácia do aumento de juros sobre a demanda), por outro lado, incluindo as operações compromissadas, gira em torno 44,4% da dívida pública mobiliária federal interna, número também bastante elevado. Essa provisão de liquidez primária atendida pelo Banco Central reflete, obviamente, demandas dos poupadores. E não desejos do banco. Tentar alterá-la artificialmente, sem ação fiscal, pode deteriorar ainda mais o curso do endividamento.

Paralelamente, esse dever de casa incompleto do lado fiscal torna o país mais dependente dos humores externos. Há a necessidade de se acompanharem, por exemplo, as oscilações do prêmio entre as emissões de títulos pelas empresas americanas e as emissões de títulos de

responsabilidade do Federal Reserve. Tal prêmio dá uma medida, ainda que rudimentar, da evolução da aversão ao risco dos poupadores externos. Quando esse prêmio externo se eleva, a tendência é de elevação do preço do dólar em reais. Claro que podem ter bons ganhos financeiros aqueles que bem antecipam esse tipo de tendência.

Quando o investidor externo apresenta uma aversão ao risco superior à média do mercado geral da dívida pública e o risco da dívida se eleva, tende a haver uma redução do fluxo de capitais autônomos para o Brasil (mesmo após o novo patamar mais elevado dos juros de equilíbrio). Em um regime de flutuação livre de câmbio, do qual queremos nos aproximar, isso obviamente impacta o câmbio real no sentido de uma desvalorização.

Na ausência de reversão da atual trajetória fiscal, corre-se o grande risco de se chegar a um ponto no qual o efeito do aumento dos juros sobre o câmbio pode ser de desvalorização, ao invés de valorização. Isso ocorre quando o juro mais alto afeta positiva e significativamente o prêmio de risco.

Nessa situação, se o canal baixista de preços de demanda agregada não neutralizar o repique dos preços dos importáveis e exportáveis, majorar os juros básicos pode elevar, ao invés de reduzir a inflação. É uma das formas de crise de dominância fiscal.

Se isso ocorre com uma determinada economia, conclui-se imediatamente que a ação anterior do banco central (dessa economia), no sentido de manter a inflação em um nível incompatível com o deficit público, terá simplesmente postergado o ajuste e majorado a inflação futura. Ter-se-á inutilmente comprado tempo e reputação com um altíssimo custo público. Acomodar passivamente incongruências fiscais pode não ser a melhor política.

Tecnicamente, não é difícil evitar-se a crise descrita acima no caso brasileiro atual. Espera-se que isso seja feito a tempo. Ainda assim, o problema do enorme desemprego já terá gerado uma grande perda nacional acumulada, seja de crescimento ou de bem-estar. Reflete, em parte, a inconsistência, em ambiente de câmbio flexível, entre a inflação almejada e a absurda leniência fiscal.

## **CAMINHONEIROS SEGUEM COM PROTESTOS APESAR DE GOVERNO FAZER CONCESSÕES**

*Fonte: Valor Econômico.* As manifestações dos caminhoneiros entram no oitavo dia, embora o governo tenha feito novas concessões. Além de São Paulo, há protestos em Alagoas, na Bahia, no Distrito Federal, no Espírito Santo, em Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

Representantes da categoria tinham dito que os as estradas estariam liberadas com a publicação das medidas no Diário Oficial da União.

Dentre as novas medidas anunciadas, o presidente Michel Temer acertou a redução de R\$ 0,46 por litro de óleo diesel, que valerá por 60 dias. Depois desse período de dois meses, os preços serão reajustados a cada 30 dias, informou.

O governo federal concordou ainda em eliminar a cobrança do pedágio dos eixos suspensos dos caminhões e estipular um valor mínimo para o frete rodoviário.

Segundo o governador de São Paulo, Márcio França (PSB), as reivindicações dos caminhoneiros são justas, pois, na ponta do lápis, os custos com combustível, pedágio e manutenção acabam sendo maiores que a remuneração oferecida. "Não há manifestação que dure tanto tempo se não houver justiça", afirmou.

## PETROBRAS PROPÕE IMPOSTO FLEXÍVEL PARA COMBUSTÍVEIS

*Fonte: Valor Econômico.* Diante da greve de caminhoneiros, que entra hoje em seu oitavo dia, o governo discute a cobrança de impostos flexíveis sobre combustíveis, que, se aprovada, amortecerá os impactos dos aumentos dos preços internacionais do petróleo e da variação cambial. A proposta foi levada ao Palácio do Planalto pela Petrobras e é inspirada no modelo europeu.

Os tributos federais Cide, PIS e Cofins representam R\$ 0,46 por litro de óleo diesel. A proposta de impostos flexíveis é a seguinte: se o preço da Petrobras na refinaria aumentar R\$ 0,10 por litro, o governo vai arrecadar R\$ 0,36 por litro. Se, ao contrário, o preço na refinaria cair R\$ 0,10, a arrecadação da União subirá para R\$ 0,56 por litro.

Em vez de intervir nos preços da Petrobras e transferir os escassos recursos do orçamento para subsidiar o consumo, os impostos é que absorveriam os impactos da variação da taxa de câmbio e do preço do óleo no mercado externo. A Petrobras continuaria com os reajustes diários de preços na refinaria. O governo perderia arrecadação em um dia, mas ganharia no outro, conforme a cotação internacional do barril e da cotação do real frente ao dólar. Para o consumidor final, a recomposição de preços poderia ser mais gradual.

Outro imposto que pesa sobremaneira nos preços dos derivados é o ICMS. Cada Estado tem uma alíquota e esta incide sobre um preço de referência que, no caso da gasolina, é apurado na bomba e reajustado a cada quinze dias. Não basta o governo federal se dispor a mexer na política de tributos sobre combustíveis e os Estados continuarem a cobrar o ICMS como é hoje. O silêncio da maioria dos governadores na greve foi ensurdecedor.

Após maratona de reuniões com representantes de caminhoneiros insatisfeitos com o acordo feito com o Planalto na quinta-feira, o presidente Michel Temer fez novas concessões. O preço do diesel será reduzido em R\$ 0,46, e não mais R\$ 0,41, e valerá por 60 dias, e não 30.

Três Medidas Provisórias garantirão isenção da cobrança de pedágio sobre o eixo suspenso, uma tabela de frete mínimo e 30% dos fretes da Conab para os autônomos.

## **PERDAS COM GREVE DE CAMINHONEIROS SUPERAM R\$ 9,5 BILHÕES EM CINCO DIAS**

*Fonte: Valor Econômico.* Os bloqueios nas rodovias que paralisaram o escoamento da produção em todo o país durante a semana já provocaram perdas de pelo menos R\$ 9,5 bilhões, conforme as primeiras estimativas de diferentes setores.

O número, que é quase o dobro dos R\$ 5 bilhões que o governo usará para cobrir o prejuízo que a Petrobras terá por reduzir o preço do diesel e suspender os reajustes diários, vai crescer quando for possível mensurar os estragos com mais precisão.

O presidente da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), José Carlos Martins, estima que 40% das atividades do setor tenham sido atingidas, comprometendo negócios de R\$ 2,4 bilhões. Na indústria de carnes, os cálculos chegam a R\$ 1,8 bilhão perdidos em cinco dias, diz Ricardo Santin, vice-presidente da ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal).

O valor abrange a previsão de exportações que deixaram de ser feitas com a atividade do mercado interno. “Todo dia estão morrendo pintinhos ou ovos que não nascem. Já morreram mais de 50 milhões de aves”, afirma Santin.

Com a atividade desregulada, o frango perde a qualidade porque não atinge o peso determinado e não pode ser abatido na época adequada.

Em carnes bovinas, cerca de R\$ 620 milhões deixaram de ser embarcados para exportação, segundo Antônio Camardelli, presidente da Abiec (da indústria de carnes).

Nesse caso, são negócios postergados porque os animais não foram abatidos, mas o setor está fazendo o balanço da carne apodrecida.

“A maioria dos frigoríficos está sem abate. Deve ter 3.000 carretas carregadas sem poder desovar no varejo. Vai ter que contabilizar todo esse produto perecível”, afirma Camardelli.

A JBS paralisou unidades em cinco estados. Sem receber insumos e animais para o abate, além da falta de caminhões para escoar a produção acabada, a BRF também suspendeu parte das atividades.

A imagem do leite derramado, símbolo dos desperdícios da semana, representa um prejuízo de R\$ 1,1 bilhão aos produtores em cinco dias de protestos, valor que soma a receita que deixa de entrar aos custo de produção, nos cálculos da CNA (confederação da agropecuária). Segundo a entidade, cerca de 95 milhões de litros de leite são produzidos diariamente no país e estão sendo descartados.

Mais R\$ 1 bilhão deixou de ser faturado no setor farmacêutico, estima o Sindusfarma (da indústria de medicamentos). “Se faltam remédios, as doenças crônicas e as agudas podem se agravar, elevando despesas hospitalares”, afirma Nelson Mussolini, presidente da entidade. Outro R\$ 1,3 bilhão é a conta da Anfavea, associação da indústria automotiva, que na quinta (24) anunciou a paralisação total das fábricas. O cálculo abrange apenas o que deixou de ser arrecadado em tributos e não inclui o faturamento das montadoras.

O setor tem alta dependência do transporte por caminhões para receber peças das linhas de montagem e também para o desembarço de veículos prontos enviados às concessionárias e à exportação.

Outro mercado dependente dos fretes, o comércio eletrônico calcula uma queda de quase R\$ 280 milhões no faturamento da semana passada, segundo números da Ebit, empresa especializada em pesquisas sobre o varejo online.

Só na quinta (24), as empresas aéreas brasileiras perderam R\$ 50 milhões, segundo a Abear (que representa as grandes companhias do país). A entidade ainda não mediu o estrago de sexta (25), quando mais de dez aeroportos ficaram sem combustível e as empresas foram obrigadas a cancelar mais de cem voos.

A Latam deixou de cobrar para reagendar passagem nos aeroportos afetados.

“O prejuízo ainda não estimado é a queda do volume de vendas. Começa a despencar. Quem queria viajar não compra”, diz Eduardo Sanovicz, presidente da Abear.

Desde quarta, as operações de toda a cadeia do café estão paradas, segundo Nathan Herszkowicz, diretor da Abic (associação da indústria de café). “A carga para exportação não chega ao porto. E as empresas que perderam embarques terão de pagar multa”, diz Herszkowicz, cuja previsão supera R\$ 550 milhões em negócios perdidos ou atrasados.

As estimativas dão alguma dimensão dos recursos que deixaram de ser movimentados, mas o real impacto talvez jamais seja medido, de acordo com André Rebelo, assessor de assuntos estratégicos da presidência da Fiesp (federação das indústrias paulistas).

“São diferentes efeitos, fica difícil estimar. Quantas pessoas pagaram menos bilhetes de ônibus em São Paulo? Não sabemos. Alguns empresários pararam uma linha de produção, outros pararam tudo, outros dispensaram pessoal”.

Segundo a Eletros (entidade que reúne os fabricantes de eletroeletrônicos), dez fábricas tiveram de parar alguma linha de produção.

A Abinee, que representa também a indústria de componentes, não tem um número definido dos prejuízos, mas identificou em pesquisa com os associados que 96% tiveram as atividades produtivas impactadas de alguma forma.

Entre os planos de contingência estudados até sexta (25) havia a possibilidade de dispensa temporária de funcionários, férias coletivas, negociação de banco de horas e a suspensão das atividades. Para Pedro Francisco Moreira, presidente da Abralog, associação de logística que



reúne empresas como C&A, Correios e FedEx, existe ainda um custo intangível da “perda potencial”. Em seus cálculos, ele conclui que as perdas totais poderão superar os R\$ 25 bilhões por causa da semana de protestos nas estradas. “Mesmo com a retomada isso vai continuar gerando perdas. Há custos para recuperar os estoques, o cliente vai deixar de comprar, tem produto que pereceu, é muito prejuízo”, disse.

Para Pedro Francisco Moreira, presidente da Abralog, associação de logística que reúne empresas como C&A, Correios e FedEx, existe ainda um custo intangível da “perda potencial”. Em seus cálculos, ele conclui que as perdas totais poderão superar os R\$ 25 bilhões por causa da semana de protestos nas estradas. “Mesmo com a retomada isso vai continuar gerando perdas. Há custos para recuperar os estoques, o cliente vai deixar de comprar, tem produto que pereceu, é muito prejuízo”, disse.

## REGRA QUE VINCULA IMÓVEL NO CAFIR AO SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL É ALTERADA

*Fonte: Receita Federal do Brasil – RFB.* Foi publicada, no Diário Oficial da União de hoje, a **Instrução Normativa RFB nº 1.807**, de 2018, modificando procedimentos para atualização cadastral no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e no Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir). A nova norma altera a Instrução Normativa Conjunta RFB/Incrá nº 1.581, de 17 de agosto de 2015.

O procedimento de vinculação entre o Código de Imóvel no SNCR e o Número do Imóvel na Receita Federal (Nirf) no Cafir é realizado, em regra, de forma que um único Código de Imóvel seja vinculado a um único Nirf. Exceções a essa regra, em casos especiais, estão previstas nos artigos 6º e 7º da IN Conjunta RFB/Incrá nº 1.581, de 2015.

A nova norma elimina a hipóteses de exceção que estava prevista no art. 7º da IN Conjunta, restando, para o caso de vinculação de mais de um Código de Imóvel no SNCR a um único Nirf, apenas a hipótese de descontinuidade provocada por perda de destinação em alguma parcela componente do imóvel rural.

A vinculação de um imóvel no Cafir a mais de um imóvel cadastrado no SNCR será admitida quando ficar comprovado que a perda de destinação rural de alguma parcela componente do imóvel rural cadastrado no Cafir tenha provocado sua descontinuidade, resultando em mais de um imóvel cadastrado no SNCR.

Portanto, foram revogados os incisos I e II do caput do art. 7º da Instrução Normativa Conjunta RFB/Incrá nº 1.581, de 17 de agosto de 2015.

## GOVERNO PREPARA VETOS PARA REONERAR SETORES

Fonte: Valor Econômico. O governo já avisou a parlamentares que não concorda com a manutenção de 28 setores na política de desonerações da folha de pagamentos até 2020 e que usará o poder de veto para reduzir o número de beneficiados no projeto aprovado pela Câmara dos Deputados anteontem e que está na pauta do Senado. A proposta reduz os setores que hoje pagam as contribuições previdenciárias com base em um percentual da receita e que, com a aprovação, terão que voltar a contribuir com 20% da folha de salários. Em troca, a Câmara pretende usar o dinheiro para reduzir o PIS/Cofins do diesel e parar a greve dos caminhoneiros.

A ideia inicial da Receita Federal era manter apenas seis setores. Esses, com certeza, serão sancionados, informou uma fonte. São: transporte coletivo de passageiros rodoviário, ferroviário e metroferroviário, com alíquota de 2%; construção civil e de obras de infraestrutura, com 4,5%; e empresa jornalística e de radiodifusão, com alíquota de 1,5%.

Os outros 22 setores incluídos pelo relator do projeto, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), e aprovados pela Câmara anteontem estão em avaliação. O governo já decidiu que parte será vetada e obrigada a voltar a contribuir pela folha de salários, mas a lista é mantida sob sigilo para não atrapalhar a votação. Outra parte está em estudo sobre os impactos orçamentários e benefícios em termos de emprego.

Silva quase que quintuplicou os setores beneficiados com o argumento de que essa política é transitória e precisa ser revista para as atividades em que não houve preservação de empregos, mas que acabar com ela para todos agora agravará a crise. Defendeu ainda que, sem as concessões, o projeto não passaria.

Das 56 atividades econômicas desoneradas hoje, ficariam 28. E, a partir de 31 de dezembro de 2020, essa política deixaria de existir para todos, ponto que fez a equipe econômica até ver com bons olhos a possibilidade de que a reoneração fosse utilizada, em troca, para abater a Cide do diesel este ano. Desde 2012 os governos têm tentado diminuir a desoneração e não conseguem. O problema é que a Câmara aprovou também a isenção do PIS/Cofins para o diesel.

O maior número de beneficiados também reduziu drasticamente a arrecadação. A proposta original renderia R\$ 12,55 bilhões por ano, mas, com as mudanças, ficará em menos de R\$ 3 bilhões. Os vetos, contudo, permitirão excluir outros setores e elevar a receita adicional.

## DECLARADO O DIREITO DE ISENÇÃO DO IR À SERVIDORA PÚBLICA COM CEGUEIRA MONOCULAR EM ATIVIDADE

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região – TRF1. O desembargador federal José Amilcar de Queiroz Machado proferiu decisão dando provimento ao agravo de instrumento interposto contra a decisão que indeferiu seu pedido de isenção de imposto de renda, em razão do acometimento de doença grave. Na decisão, o Juízo de primeiro grau entendeu que “a questão fundamental é a inequívoca qualidade da parte autora, servidora pública em atividade, razão pela qual não há na espécie recebimento de proventos de aposentadoria ou reforma sobre as quais incide o benefício legal”.

Ao analisar a questão no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o relator afirmou que “o cerne da demanda não se encontra no fato incontroverso da cegueira monocular de que é portadora a agravante, o que lhe confere direito à isenção, mas à condição de servidora pública em atividade”.

Segundo o magistrado, a norma prevê a isenção para os rendimentos percebidos pelas pessoas físicas, decorrentes de aposentadoria e/ou afastamento para tratamento da doença grave e citou precedente deste Tribunal que reconheceu o direito à isenção a trabalhador em atividade, e que a jurisprudência da Corte vem se orientando no sentido de autorizar a isenção desde a constatação da doença sobre a remuneração de servidores em atividade.

Por essas razões, sustentou o relator, “em respeito aos princípios da isonomia e da dignidade humana impõe-se a isenção do imposto de renda tanto aos proventos de aposentadoria quanto ao salário”.

Processo nº:1012586-57.2018.4010000/DF

## COMUNICADO TÉCNICO ORIENTA AUDITORES NA EMISSÃO DE RELATÓRIOS

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade – CRC. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou em reunião Plenária, ocorrida no mês de maio, o Relatório de Revisão sobre as Informações Trimestrais (ITR) elaboradas por entidades de incorporação imobiliária (CTR 03).

O Comunicado tem por objetivo orientar os auditores independentes na emissão de relatórios de revisão sobre as Informações Trimestrais (ITR) elaboradas por entidades de incorporação imobiliária registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para os trimestres do exercício de 2018. A orientação é necessária, dado o andamento das discussões sobre o impacto da NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente nas demonstrações contábeis das entidades de incorporação imobiliária.

A avaliação, quanto ao critério a ser adotado para o reconhecimento de receita de contratos de incorporação imobiliária residencial no Brasil, tem sido objeto de relevante debate ao longo dos últimos anos.

De acordo com o Comunicado, em 2010, o CFC emitiu o CTG 04 – Aplicação da Interpretação Técnica ITG 02 – Contrato de Construção do Setor Imobiliário, que tem sido utilizado na base de elaboração das demonstrações contábeis de entidades de incorporação imobiliária no Brasil.

Nos anos anteriores a 2018, ao avaliar o critério de reconhecimento de receita do CTG 04, as entidades de incorporação imobiliária concluíram que existia a transferência de riscos e benefícios de forma contínua e, conseqüentemente, que o critério de reconhecimento de receita ao longo do tempo, também conhecido como POC (Percentage of Completion method), seria o mais adequado.

Vale ressaltar que as entidades de incorporação imobiliária devem manter sua prática contábil de reconhecimento de receita ao longo do tempo, por orientação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do CFC, enquanto as discussões não forem concluídas.

Mais informações sobre o CTR03, clique **aqui**.

O boletim jurídico da BornHallmann Auditores Associados é enviado gratuitamente para clientes e usuários cadastrados. Para cancelar o recebimento, favor remeter e-mail informando “CANCELAMENTO” no campo assunto para: <noticiasfiscais@bhauditores.com.br>.